



N.º 0
Maio de 1992

Boletim Informativo da FEPASC

Federação Portuguesa das
Associações e Sociedades Científicas

EDIÇÃO:

Federação Portuguesa das Associações e
Sociedades Científicas

PRESIDENTE:

Mário Ruivo

VICE-PRESIDENTES:

João Bau

A. M. Galopim de Carvalho

J. F. David Ferreira

Nelson Lourenço

SECRETÁRIO:

José Guerreiro

TESOUREIRO:

Teresa Ferreira

DIRECÇÃO:

A. M. Galopim de Carvalho e

A. P. Alves de Matos

MAQUETIZAÇÃO:

J. C. Farinha

SEDE:

a/ c Museu de Geologia e Mineralogia

Rua da Escola Politécnica, 58

1200 LISBOA

Telef.: 397 02 89

Publicação trimestral

Tiragem 1.000 exemplares

Tipografia: M. A. Cardoso Centeiro, Ld^a

EDITORIAL

Ao lançar o "número zero" do Boletim da FEPASC, parece-nos oportuno recordar que o 1º Encontro Nacional das Associações e Sociedades Científicas (Julho de 1989) reconheceu a necessidade de criar condições para um mais intenso relacionamento entre as ASCs de modo a facilitar a sua cooperação bi e multilateral. Com esse objectivo foi recomendado que se estudasse a possibilidade de lançar um boletim interassociativo. Na altura, foi também posta em evidência a importância de reforçar a ligação das ASCs com a sociedade civil e os órgãos de soberania. O Encontro propôs ainda a realização de acções de informação e divulgação das actividades de investigação científica e tecnológica e a sua contribuição para o desenvolvimento económico e social, bem como de iniciativas que contribuam para reforçar a dimensão científica da cultura.

Dentro dos meios disponíveis, a Comissão Instaladora da FEPASC procurou estimular a comunicação entre associações, paralelamente às diligências que encetou visando a constituição formal da Federação. Os órgãos

sociais da FEPASC, eleitos na Assembleia Especial de Dezembro de 1991, incluíram tais objectivos no seu Plano de Acção.

O Boletim da FEPASC constituirá, pois, um elo de ligação entre os seus membros, ficando, porém, aberto a todas as restantes ASCs que pretendam participar nas trocas de experiência e informação sobre temas de interesse mútuo.

Embora se preveja um boletim trimestral, admite-se a possibilidade de números especiais, se as circunstâncias o exigirem e os meios o permitirem.

Mas é claro que o sucesso desta iniciativa depende em última análise, da colaboração activa de todas as ASCs e dos seus membros.

No momento em que a comunidade científica portuguesa, na sua tripla função de investigação, ensino e assessoria científica e técnica, procura afirmar-se como parceiro social com um papel relevante na modernização da sociedade e na sua plena participação na Europa saída de Maastricht, reafirmamos a nossa vontade de contribuir, de forma activa e actuante, para a realização destes objectivos.

**COMPOSIÇÃO
DOS ÓRGÃOS SOCIAIS
DA FEPASC**

Eleitos em Assembleia Geral de
3 de Dezembro de 1991

Comissão Directiva:

Presidente:

Mário Ruivo,
Sociedade Portuguesa de Ciências
Naturais

Vice-Presidentes:

A. M. Galopim de Carvalho,
Sociedade Geológica de Portugal

J. F. David Ferreira,
Sociedade Portuguesa de Microscopia
Electrónica e Biologia Celular

Nelson Lourenço,
Associação Portuguesa de Sociologia

João Bau,
Associação Portuguesa de Recursos
Hídricos

Secretário:

José Guerreiro,
Associação Portuguesa de Biólogos

Tesoureiro:

Teresa Ferreira,
Sociedade Portuguesa de Psicanálise

Mesa da Assembleia Geral:

Presidente:

Maria Eugénia Fronteira e Silva,
Associação Portuguesa do Ensino
Superior

Vice-Presidente:

José Firmino Moreira Mesquita,
Sociedade Broteriana

Secretário:

Alexandra Escudeiro,
Liga dos Amigos do Jardim Botânico

Conselho Fiscal:

Presidente:

J. Martins e Silva,
Sociedade Portuguesa de
Hemorreologia

Relator:

João Pais,
Liga para a Protecção da Natureza

Secretário:

A. P. Alves de Matos,
Organização dos Trabalhadores
Científicos

**PROGRAMA DE
ACÇÃO DOS
ÓRGÃOS SOCIAIS
DA FEPASC PARA OS
ANOS DE 1991-1994**

Aprovado na Assembleia Geral
de 3 de Dezembro de 1991

1. As ASCs são portadoras de uma forte tradição associativa ao serviço do progresso das ciências, do ensino, da divulgação, para além de actividades visando a resolução de problemas de interesse comum aos seus membros. Como ressaltou do 1º Encontro Nacional das Associações e Sociedades Científicas (Julho de 1989), estas têm-se confrontado, na sua acção, com factores limitativos de natureza logística, nomeadamente no que se refere a instalações, secretariados, para além da falta de recursos financeiros.

Nos últimos anos, verificou-se, porém, um salto qualitativo que traduz a nova dinâmica da comunidade científica nacional e a sua emergência como agente social. Isto, apesar de ser ainda mal compreendido entre nós o papel da ciência no progresso dos conhecimentos, no processo de desenvolvimento e ainda na fundamentação de decisões da administração pública. A consequente desvalorização da actividade científica e dos que a exercem repercute-se na inadequada representação institucional da comunidade científica, como tal, nos órgãos onde se discute e decide a política científica, tanto a nível nacional como sectorial, incluindo a que diz respeito à formação de recursos humanos e carreiras.

Esta situação adquire particular significado na altura em que, por força do processo de integração europeia, o sector produtivo nacional se encontra confrontado com um desafio de modernização e competitividade, que requer também crescente

diálogo e interacção entre a comunidade científica e o sector empresarial.

Daqui resulta a necessidade de se reforçar a capacidade de intervenção da comunidade científica na sociedade, mediante mecanismos representativos e funcionais.

A Federação Portuguesa de Associações e Sociedades Científicas (FEPASC), criada por decisão do 1º Encontro das ASCs, visa, entre outros, este objectivo, mediante a acção concertada dos seus membros e um relacionamento mais efectivo e alargado inter ASCs, de forma a facilitar a cooperação bi e multilateral. Pretende, igualmente, também, promover uma mais estreita interacção entre a comunidade científica e as comunidades em que se inserem, e reforçar o sentido social e ético dos cientistas, encorajando simultaneamente a dimensão científica da cultura e a consciencialização da opinião pública.

2. Nesta fase de arranque da FEPASC e tendo em conta as tarefas a realizar, entendeu-se apresentar as candidaturas para os órgãos sociais da Federação - Direcção, Assembleia Geral, Conselho Fiscal - como solidárias e colectivamente comprometidas na execução deste Plano de Acção. As listas plurinomiais apresentadas resultaram de ampla consulta aos membros da Federação e incluem representantes das ASCs que mais activamente participaram na Comissão Instaladora criada pelo 1º Encontro das Associações e Sociedades Científicas e, mais tarde, de outras que se lhe juntaram. Pretende-se, desta forma, associar todos os que integram os órgãos sociais, para além das funções específicas que lhes incumbem de acordo com os Estatutos, à execução de componentes específicos do Plano de Acção, assim como de outras actividades durante o período de 1992-94.

Da mesma forma, procurar-se-á envolver nestas tarefas os Membros da Federação, individual ou conjuntamente, consoante as suas vocações e objectivos específicos. Para tal efeito, e como recomendado pelo 1º Encontro das ASCs, será feito um esforço especial para reforçar a cooperação e a circulação de informação entre e no interior das ASCs, tendo em conta as profundas afinidades que as unem. Espera-se que daqui resulte, também, um estímulo à colaboração dos membros no trabalho da Federação.

3. O Plano de Acção que submetemos à consideração da 1ª Assembleia Geral da FEPASC fundamenta-se e visa pôr em prática as conclusões e recomendações do 1º Encontro das ASCs, assim como as orientações e prioridades identificadas pela Comissão Instaladora da Federação. Tendo em conta que o Plano de Acção cobre um período de três anos (1992-94), haverá que proceder, periodicamente, à sua actualização com base nas orientações formuladas pela Assembleia e, quando necessário, através de consultas aos Membros.

3.1 Actividades a desenvolver

a) Mobilização de apoios financeiros, quer de entidades oficiais e privadas, quer através de auto-financiamento, tanto por quotização dos associados, como por iniciativas próprias (Prioridade).

b) Continuação das diligências visando a atribuição de uma sede para a Federação, que sirva simultaneamente de "casa comum" e ponto de apoio logístico das ASCs, e estruturação do secretariado (Prioridade).

c) Promoção do crescimento e reforço da acção da FEPASC através do alargamento das suas bases de apoio. Com este fim

será dada ampla divulgação entre os Membros e as Associações e Sociedades Científicas portuguesas, das iniciativas da Federação e dos seus associados. Serão, ainda, apoiadas, desde que solicitada e as condições o permitam, iniciativas das ASCs, independentemente de serem associadas da FEPASC.

d) Serão desenvolvidos todos os esforços de modo a que a Federação e as ASCs sejam reconhecidas como interlocutores qualificados do poder político-administrativo ao nível das questões relacionadas com a Ciência, a Educação, a Ética e a Deontologia. Entrar-se-á em negociação com as entidades apropriadas com vista a uma adequada representação da comunidade científica nos órgãos consultivos nacionais ou sectoriais, nomeadamente: Conselho Superior de Ciência e Tecnologia, Conselho Consultivo da JNICT, Conselho Nacional de Bioética, assim como outros órgãos equivalentes.

e) Como meio de contacto entre as ASCs, será lançado um Boletim Informativo que não só servirá de veículo de informação das actividades da Federação e de comunicação das ASCs, sobre problemas e temáticas comuns. Será ainda publicado um Directório actualizado das Associações e Sociedades Científicas Portuguesas, a rever periodicamente.

f) Fomento da colaboração entre ASCs a nível nacional e europeu, nomeadamente com vista a troca de experiências e iniciativas de interesse mútuo. Entre outras, estudar-se-á a viabilidade da publicação e divulgação de revistas científicas especializadas ou de carácter interdisciplinar, à escala europeia, e no âmbito de redes de cooperação.

g) Colaboração em programas de divulgação científica, tanto

na rádio como na televisão, sob a forma que for entendida mais conveniente. Explorar-se-á também a possibilidade de colaborar com a Universidade Aberta neste domínio.

h) Promoção e colaboração em actividades visando a informação e consciencialização dos cidadãos aos aspectos éticos e sociais da ciência.

i) Promoção da ligação da FEPASC a organismos congéneres de carácter internacional. Será colocado especial empenho na colaboração com as ASCs dos países de expressão oficial portuguesa. Simultaneamente, serão desenvolvidas diligências no sentido de estabelecer, quando apropriado, canais de comunicação com os organismos da CEE, do Conselho da Europa, da UNESCO, assim como de organizações não governamentais nos domínios de interesse da Federação.

j) Serão organizados colóquios/seminários, entre outros:

i) "A Comunidade Científica e o Poder" (Fundação Gulbenkian, Maio de 1992);

ii) Formulação e valor do "parecer científico" (1993).

k) Organização, em 1993, como acção conjunta da Federação e das ASCs, de um Encontro Nacional sobre Ciência e Tecnologia. Com este fim procurar-se-á obter a colaboração dos órgãos de soberania, das Universidades e Laboratórios de Estado, do sector empresarial, das comissões de Coordenação Regional e outras entidades apropriadas e mobilizar o apoio de fundações e mecenato.

l) Encorajar a criação de um Observatório Nacional de Ciências e estudar as modalidades de colaboração da Comunidade Científica no seu funcionamento.



II Encontro Nacional de Bolseiros

Teve lugar em 13 de Abril de 1992 no Instituto Nacional de Investigação das Pescas, Av. Brasília - 1400 Lisboa.

Comissão Organizadora:

Alexandra Cartaxana
Alexandra Marçal
José Lino Costa
Maria Manuel Angélico
Paulo B. Oliveira

A comunidade científica Portuguesa, embora não tendo a dimensão que os futuros desafios nesta área exigem, deu já provas inequívocas da sua capacidade, quer a nível nacional quer internacionalmente.

Portugal encontra-se, neste domínio, na fase crucial da formação de recursos humanos. O universo científico nacional está assim, em vias de ser enriquecido pelas largas centenas de investigadores que desenvolvem a sua actividade na condição de bolseiros, subsidiados pelo Estado ou, em menor número, por entidades privadas.

Os bolseiros, sendo por natureza do próprio estatuto, um grupo em constante renovação, dificilmente conseguem a unidade desejável para poderem agir conjuntamente na resolução dos problemas com que se deparam. Esta situação é potencialmente

fragilizadora e expõe ainda mais os bolseiros em Portugal, sendo por isso vital a promoção do diálogo entre estes, as instituições que conferem os subsídios e as de acolhimento, no sentido de encontrar soluções concertadas que conduzam ao harmonioso e produtivo funcionamento da actividade científica desta comunidade de investigadores.

A actividade dos bolseiros encontra-se neste momento regulamentada pelo decreto-lei 437/89 de 19 de Dezembro. Este decreto é, em parte, omissivo no que respeita às remunerações, assistência e outras regalias sociais, o que deixa os bolseiros sujeitos a critérios disparees por parte das instituições financiadoras e de acolhimento.

Com este encontro pretende-se não só fazer o ponto da situação sobre a condição do bolseiro, bem como a elaboração de propostas que visem a uniformização da actividade do bolseiro e a constituição de grupos de trabalho permanentes em concertação com as instituições financiadoras e de acolhimento, de modo a contribuir através do diálogo e apoio mútuo para o desenvolvimento qualitativo e quantitativo dos recursos humanos em Portugal.

Programa:

9.00 - 9.30

Registo dos participantes

9.30 - 10.30

Sessão de Abertura

10.30 - 11.00

Pausa para café

11.00 - 12.00

Estatuto legal do bolseiro

12.00 - 13.00

Estatutos dos bolseiros nas instituições que conferem as bolsas

13.00 - 15.00

Almoço

15.00 - 15.30

O papel dos bolseiros nas instituições e projectos de investigação

15.30 - 16.00

Prospectivas de integração dos investigadores ex-bolseiros no mercado de trabalho

16.00 - 16.30

Pausa para café

16.30 - 17.30

Discussão, propostas de alteração dos estatutos vigentes e definição das linhas de acção para o futuro

Encontro de esclarecimento e debate sobre

Financiamento da Investigação Científica e Orçamento de Estado para a Ciência e Tecnologia

Este encontro, a realizar com o patrocínio da Fundação da Universidade de Lisboa, terá lugar na segunda semana de Junho, na Sala de Doutoramentos da Reitoria da Universidade de Lisboa. Serão fornecidos mais elementos no próximo número do Boletim.

Colóquio

Comunidade Científica e Poder

A realizar a 21-22 de Maio de 1992, na Fundação Calouste Gulbenkian, o colóquio integra-se na série de conferências Unesco 1992, promovido pela Comissão Nacional da UNESCO, Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento, Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica, Fundação Calouste Gulbenkian e British Council.

A ciência adquiriu visibilidade pública. Esta visibilidade é o espelho de uma realidade profunda: a da integração dos conhecimentos científicos na produção de bens e serviços, da penetração da ciência e da técnica nas actividades socio-culturais, da crescente fundamentação científica das políticas e decisões do aparelho de estado.

Entendida no passado como fonte de saber que permitia ao homem compreender a natureza física e social, a ciência torna-se hoje um meio decisivo da satisfação das necessidades dos sectores económico, social, político, dos quais passa a ser parte integrante. Reclamando-se outrora da autoridade que lhe advinha de ser tida por garantia da verdade dos factos, confronta-se agora com outras fontes de autoridade e de legitimidade que tendem a instrumentalizá-la ao serviço dos respectivos fins.

Quais os reflexos destas transformações sobre o estatuto da ciência e dos cientistas? Quais os seus impactos sobre os sistemas de valores e códigos de comportamento da comunidade científica e o entendimento por esta das suas responsabilidades que lhe cabem no novo contexto? Quais as limitações daí decorrentes para as tradicionais liberdades e autonomias e os processos de produção da ciência?

Qual a natureza da relação que se estabelece entre os cientistas e o poder no quadro das estruturas das administrações nacionais em que são chamados a participar? Qual o grau de influência que exercem sobre o processo de decisão?

Estas são algumas questões para cuja resposta o Colóquio pretende contribuir. As comunicações e os debates centrar-se-ão sobre o caso português, sem esquecer o contexto internacional e a comparação com a experiência estrangeira.

Programa provisório:

Quinta-feira 21 de Maio

9.30
Sessão de Abertura
com a presença de Sua Excelência o
Senhor Presidente da República

Apresentação dos objectivos do
colóquio pelos organizadores

Introdução geral:
"Ciência e Poder"
Alexander King (Clube de Roma)

Pausa 10.45

11.00
Sessão 1

Comunidade científica
como grupo social

Moderador:
João Ferreira de Almeida
(ISCTE)

"Sociology of knowledge and the
sociology of the scientific community:
comparative perspectives"
Steven Yearley
(Universidade do Ulster, Reino Unido)

"Produção de conhecimento científico
em Portugal: processo individual?
processo colectivo?"
Cândido Marciano da Silva, Conceição
Lobo Antunes
(FCT/UNL) e
Manuel Lisboa (FCSH/UNL)

"Um projecto de investigação sobre a
Comunidade Científica Portuguesa"
Equipa do ISCTE

"Dimensões do poder e do saber. Uma
abordagem exploratória"
Lígia Amâncio e
Graça Carapinheiro (ISCTE)

Debate 12.30

Almoço 13.00

15.00

Sessão 2

Comunidade Científica, Códigos e
Sistemas de Valores

Moderador:
Jorge Dias de Deus (IST)

"Ciência e religião"
Luis Archer (FCT/UNL)

"Bioética e poder político. Retórica da
biotecnologia"
Clara Queiroz (FCL),
José Augusto Mourão (FCSH/UNL) e
Augusta Clara Matos (LNETI)

"Entre el poder y la razón: Nuevas
tecnologias reproductivas e tomada de
decisiones jurídicas y éticas"
Ascensión Cambrón (Universidad de
Coruña, Espanha)

Debate 16.00

Pausa 16.15

16.30

Sessão 2 Continuação

"A responsabilidade social do biólogo
no século XXI"
Alexandre Quintanilha (ICBAS/UP)

"Responsabilidades éticas dos
profissionais de ciência"
J. F. David Ferreira (IGC)

"A filosofia das
ciências e o poder"
Ana Luisa Janeiro (FC/UL)

Debate 17.30

Sexta-feira 22 de Maio

9.30

Sessão 3

Comunidade científica, poder político,
poder económico.

Moderador:
Armando Trigo de Abreu (IED)

"A comunidade científica e o poder.
Notas para uma reflexão"
Cristina Lobo (ISCTE)

"A ciência entre a sobrevivência e a subserviência aos desígnios do poder"
João Martins e Silva e Carlota Saldanha (FM/UL)
 "Ciência e Democracia em Portugal"
Maria E. Gonçalves (FE/UNL)

Debate 10.30
Pausa 11.00

Sessão 3 Continuação _____ 11.15

"Interacção Ciência-Tecnologia em Portugal (ou algumas razões para se contrariar convicções estabelecidas)"
Manuel Mira Godinho (Universidade de Sussex)

"Lógicas da divisão do trabalho tecnológico: notas duma pesquisa sociológica"
Alan Stoleroff e M. Teresa Patrício (ISCTE)

"O poder da ciência. O Estado, o poder económico e os movimentos sociais"
A. Pedro Dares (ISCTE/INE)

Debate 12.15

Almoço 12.45

Sessão 4 _____ 15.00

Conhecimento científico e processos de decisão

Moderador: *Rui Machete* (Deputado à Assembleia da República)
 "Cientistas sociais nos processos de mudança do trabalho e das organizações"
Ilona Kovács (ISE)

"Boundary exercises: scientific advice and policy legitimation in the United States"
Sheila Jasanoff (Universidade de Cornell, USA)

"The provision of scientific advice to international resources management organizations, with particular reference to the International Whaling Commission"
Sydney Holt (Conselheiro científico, IFAW)

Debate 16.00
Pausa 16.30

17.00

Sessão 5 _____
 Comunidade científica e governação (Mesa-Redonda)

Moderador: *Mário Ruivo* (ICBAS/UP)

Participantes:
Alberto Amaral (UP), José Mariano Gago (LIP/IST), Manuel Vilaverde Cabral (ICS)

Debate 18.30 - 19.00

Secretariado do colóquio

FEPASC,
 a/c Museu de Geologia e Mineralogia
 Rua da Escola Politécnica, 58
 1294 LISBOA CODEX
 Tel. 397 02 89

Inscrição Preço: 5 000\$00

Preço especial para sócios de associações e sociedades científicas membros da FEPASC e assinantes da CTS: 2 500\$00

Preço especial para estudantes (mediante envio de fotocópia do cartão de estudante): 1 000\$00

A inscrição efectua-se mediante envio de cheque à ordem da FEPASC, para a morada acima indicada, e dá direito à participação em todas as sessões do colóquio, bem como à pasta de documentação.

EXTRACTO DOS ESTATUTOS DA FEDERAÇÃO PORTUGUESA DAS ASSOCIAÇÕES E SOCIEDADES CIENTÍFICAS

(Conforme consta da escritura notarial de 20/03/91, 3º Cartório Notarial de Lisboa)

Artigo 3º

1. A Federação tem por objecto a promoção e a representação dos interesses comuns das instituições associadas, no quadro da inserção da ciência e tecnologia na sociedade e cultura portuguesas e na perspectiva de um racional e harmonioso aproveitamento dos recursos materiais e humanos, assim como no âmbito de

uma cooperação internacional alargada, nomeadamente à escala europeia.

2. Na promoção do objecto estatutário, compete à Federação, nomeadamente:

a) promover e facilitar a cooperação e ajuda mútua entre as instituições associadas;

b) assegurar a representação das instituições associadas junto de quaisquer entidades públicas e privadas, nacionais, estrangeiras ou internacionais;

c) elaborar estudos e pareceres no âmbito dos objectivos da Federação, por iniciativa própria, a quaisquer entidades públicas ou privadas;

d) promover o desenvolvimento da acção das instituições associadas, estimulando e apoiando as suas

actividades, organizando serviços de interesse e intervenção comuns, optimizando os respectivos meios e reforçando a comunicação e as trocas de informação recíprocas;

e) contribuir para a aplicação das descobertas científicas e tecnológicas que conduzam ao desenvolvimento económico e social e salvaguardem o ambiente e a qualidade de vida;

f) contribuir para o debate nacional e internacional sobre as implicações sociais e éticas da ciência e da tecnologia;

g) desenvolver acções de estudo, esclarecimento e sensibilização no âmbito do objecto institucional;

h) contribuir para o fomento da investigação assim como de actividades ligadas ao ensino e à divulgação científica e tecnológica.

LISTA DOS SÓCIOS DA FEPASC

(Abril de 1992)

ASSOCIAÇÃO JUVENIL DE CIÊNCIA
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BIÓLOGOS
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ENGENHEIROS DO AMBIENTE
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DO ENSINO SUPERIOR
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA PARA ESTUDOS DE SANEAMENTO BÁSICO
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE GEÓLOGOS
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE MUSEOLOGIA
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE PSIQUIATRIA DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DOS RECURSOS HÍDRICOS
 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE SOCIOLOGIA
 LIGA DOS AMIGOS DO JARDIM BOTÂNICO
 LIGA DOS AMIGOS DO MUSEU NACIONAL DE HISTÓRIA NATURAL
 LIGA PARA A PROTECÇÃO DA NATUREZA
 ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES CIENTÍFICOS
 SOCIEDADE BROTERIANA
 SOCIEDADE CIENTÍFICA DA UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA

SOCIEDADE GEOLÓGICA DE PORTUGAL
 SOCIEDADE PORTUGUESA DA CIÊNCIA DO SOLO
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE CIÊNCIAS NATURAIS
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE ELECTROQUÍMICA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE ESTUDOS RURAIS
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE ETOLOGIA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE FÍSICA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE GEOTECNIA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE HEMORREOLOGIA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE IMUNOLOGIA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE MALACOLOGIA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE MATEMÁTICA
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE MICROSCOPIA ELECTRÓNICA E BIOLOGIA CELULAR
 SOCIEDADE PORTUGUESA DE PSICANÁLISE